

A Teoria Clássica de Comércio Internacional e os Problemas Atuais

(Primeira conferência)

Farei desta conferência uma introdução, na qual levantarei várias teses a serem desenvolvidas em palestras subseqüentes. No decorrer da conferência de hoje, admitirei que, em vários pontos, a teoria clássica do comércio internacional apresenta deficiências, como guia para a orientação da política econômica nacional ou mundial, nas circunstâncias atuais. Contudo, aqui estou mais para louvar que para depreciar a teoria clássica e devo adverti-los desde já de que nesta como nas próximas conferências sustentarei que essa teoria ainda tem muito a nos ensinar e que sua substituição, nos últimos anos, tanto por doutrinas novas como por velhas doutrinas rejuvenescidas e a ela contrárias, está longe de representar, inteiramente, um marco de progresso intelectual.

Darei maior ênfase, no desenrolar destas conferências, à contribuição que a teoria pode oferecer à formulação da política, no campo econômico internacional, desde que se trate de teoria razoavelmente satisfatória, mas também ao dano irreparável que pode causar uma teoria seriamente defeituosa. Antes de apresentar proposições teóricas específicas, e julgar de seu valor como base para orientação, desejo fazer umas quantas advertências de ordem geral, quanto ao dano que mesmo as teorias tradicionais e respeitáveis podem causar, quando submetidas aos governos, e por eles aceitas, sem cuidadoso exame da tendência geral, inerente à natureza de toda teoria, de só se prestar à aplicação prática quando adaptada às realidades e complexidades de situações reais.

A teoria é sempre mais simples do que a vida; mesmo quando parece extremamente complexa, ainda é "simplista" se comparada à série de fatores que agem como condições, meios ou fins, em qualquer situação concreta.

Permiti que vos aponte, resumidamente, alguns dos tipos clássicos de simplificação a que os teóricos se lançam sem hesitar, mas que são ou podem tornar-se excessivamente perigosos, nas mãos de estadistas responsáveis. Uma das grandes tentações do teórico é basear seus estudos numas poucas premissas. Esse método simplifica seu trabalho de análise. Dá-lhe maior facilidade para chegar a respostas definidas e precisas, e para obtê-las mediante processos tecnicamente elegantes. Pode para isso o teórico invocar a velha doutrina — de discutível validade para as ciências sociais — de que a análise científica progride quando as soluções complexas são substituídas por soluções simples e quando as respostas contingentes e limitadas são substituídas por respostas definidas e precisas.

Na economia moderna, essa tendência para a super-simplificação talvez se manifeste mais distintamente na excessiva abstração quanto a: número de variáveis admitidas como importantes, número de objetivos legitimamente reconhecidos e passagem das premissas às conclusões por processos cuja única justificativa é a de economizar tempo e raciocínio. Aquêles de nós que se dedicam à economia teórica, conhecem perfeitamente os modelos que pressupõem um só objetivo, tratados como se fôsem dotados de uma única característica, que variasse apenas em quantidade ou grau, como por exemplo: “bem estar econômico”, “prosperidade”, “utilidade”, ou “equilíbrio”. Na verdade eles representam, muitas vezes, a maior parte de nosso equipamento profissional. O legislador, por outro lado, sempre está, ou devia estar alerta quanto ao desvio da norma ou fator latente, sempre consciente de que a miúdo se defronta com a necessidade de escolher entre extensas combinações de objetivos, todos eles reclamando plena consideração. Nós, os teóricos, somos sempre tentados a limitar nossa análise a modelos do tipo em que X é função apenas de Y ; e, se adotamos o método estatístico, a manipular os dados de tal maneira que as funções de uma única variável resultante de nossa análise sejam de forma linear. Desconheço qualquer base lógica, qualquer apoio oriundo de experiência genuína, que justifique êsse proceder, se desejamos que a análise econômica abandone os gabinetes e salas de aula, para penetrar no mundo real, como guia da política econômica.

Ademais, nem só de pão vive o homem; o estadista sempre tem que atender a reclamos de ordem não econômica. O economista, na qualidade de economista, não tem a menor obrigação de assumir o papel de estadista; estará cumprindo seu dever plenamente se fornecer ao estadista sua opinião correta, quanto a meios econômicos e fins econômicos. Ele tem, porém, o dever de levar em conta todos os fins e meios econômicos que forem passíveis de consideração, com toda competência de que dispuser para sua análise e manipulação, reconhecendo e declarando as limitações de sua análise e a significação de quaisquer elementos que não tenha podido considerar. Devemos desconfiar — e devemos encorajar idêntica suspeita, por parte dos não economistas — de uma tendência para maior simplicidade e maior rigor de modelos, em matéria de economia, numa época em que até o homem da rua sente que o mundo econômico real está ficando cada vez mais complicado, que seus problemas são cada vez menos susceptíveis de soluções exatas e radicais.

O teórico tem que simplificar até certo ponto. Mesmo o estadista não pode levar em conta todos os fatores, e a teoria não seria capaz de prestar à prática o serviço que lhe compete, se não fizesse abstração daquilo que, para o propósito imediato que se tem em vista, pode, sem maior inconveniente, ser tratado como desprezível. O que se pode deixar de lado depende em parte da natureza do problema imediato e, portanto, de circunstâncias temporárias. Todavia, é a natureza das questões apresentadas aos economistas (ou que deviam ser apresentadas aos economistas) e não quaisquer preferências ou preconceitos metodológicos dos próprios economistas, que supre os critérios adequados à formulação de modelos, para o fim de análise. Somos, como todos as outras profissões, uma profissão remunerada; devemos fornecer ao público que nos contrata a mercadoria de que ele precisa, se não necessariamente a mercadoria que pede. *Devemos ser relevantes*, e para tanto temos que nos manter sempre informados, que dar o nosso melhor esforço com toda a dedicação ao serviço público — o que não significa necessariamente, é claro, o serviço do governo.

A favor da escola clássica inglesa, sobretudo no campo da teoria do comércio internacional, creio que se pode dizer que sempre deu muito boas provas de relevância. Não que esteja

de todo isenta da pecha de super-simplificação. Mas até ALFRED MARSHALL, inclusive, — também TAUSSIG que para os nossos propósitos pertencia àquela escola, como a maioria dos economistas teóricos dos Estados Unidos — a economia clássica inglesa manteve-se em íntimo contacto com as questões que o público leigo considerava importantes e urgentes, dirigindo sua análise para essas questões, e não para problemas artificiais de sua própria criação. A escola clássica inglesa não só aplicou seu esforço mental aos mesmos problemas que preocupavam os leigos, como também empregou, em grande parte, a mesma linguagem, para expressar suas idéias. Não é por acaso que RICARDO, SENIOR, TORRENS, JOHN STUART MILL foram políticos militantes, além de teóricos, que muitas das melhores exposições da teoria clássica de comércio internacional foram feitas no decorrer da discussão de propostas de leis específicas, e que HANSARD, o registro de atas dos debates parlamentares britânicos, não é má fonte para quem queira aprender o que era a teoria clássica de comércio internacional.

A relevância dos estudos da escola clássica inglesa, no entanto, era relevância para aquela época e aquele país, não o sendo, necessariamente, para outras épocas e outros países. Há aspectos em que ficou claro, por exemplo, que os pressupostos, os modelos com que trabalhou aquela escola não são adequados, ou pelo menos não são aceitáveis para o seu próprio país, nos tempos atuais, nem para os países economicamente menos adiantados, em qualquer época.

De modo geral o ponto de vista da escola clássica inglesa era cosmopolita, não porque fôsse destituída de patriotismo, mas porque em sua maneira de ver as coisas o que ela defendia como política conveniente à Inglaterra também era do interesse do mundo inteiro, de tal modo que, via de regra, não havia necessidade de uma escolha deliberada entre uma atitude nacional e uma atitude cosmopolita, porventura divergentes. Creio que os ingleses estavam absolutamente certos nesse ponto, quanto a sua época. Hoje, porém, quaisquer que sejam os fatos, é claro que nem entre os economistas, nem entre os leigos, prevalece a crença numa harmonia inerente, ou mesmo fortuita, entre os interesses nacionais, convenientemente concebidos, e o interesse do mundo em geral. Aceitamos hoje como ponto pacífico um conflito de

interêsse econômico entre as nações; e se somos homens de boa vontade, procuramos, não uma harmonização completa, que julgamos impossível, mas uma conciliação, uma reconciliação *quid-pro-quo*, uma solução pacífica para as disputas. Se não somos dominados pela paixão dos interesses nacionais, procuramos a solução dos conflitos nas autoridades ou órgãos administrativos supranacionais, que podem desprezar os limites nacionais, e não na negação dêsses conflitos. Torna-se hoje, portanto, necessário — o que não acontecia aos economistas clássicos ingleses — deixar absolutamente claro se consideramos o problema de política comercial, por exemplo, de um ponto de vista nacional ou cosmopolita.

Do mesmo modo a escola clássica inglesa e seus discípulos norte-americanos podiam, sem flagrante irrealismo ou irrelevância, considerar a política econômica sem referência expressa às repercussões estratégicas ou de segurança nacional. Contando com um razoável equilíbrio de forças no Continente, com a supremacia naval britânica e com o Canal da Mancha como proteção suficiente contra o perigo do Continente, os economistas ingleses podiam — sem risco de se exporem ao desastre, se seu parecer fôsse seguido, ou ao ridículo, por não levarem em conta as realidades — dar-se ao luxo de pronunciar-se sôbre a política econômica nacional sem explícito reconhecimento de que a política econômica tem conseqüências estratégicas e que a política militar tem exigências econômicas. Nos Estados Unidos, por motivos análogos embora diferentes, isso era, até a Primeira Guerra Mundial, ainda mais óbvio. Estou certo de que não preciso fazer a demonstração de que essa não é a situação atual, nem da Grã-Bretanha, nem dos Estados Unidos, nem de qualquer outra nação que tenha ambições expansionistas, nem de qualquer outro país, a menos que se considere de qualquer modo indefeso, quer quanto a sua integridade nacional, quer quanto a sua capacidade de manter neutralidade, no caso de uma guerra mundial.

A escola clássica partia dos seguintes pressupostos: que os homens, inclusive os estadistas, agiam racionalmente; que o objetivo precípua de homens racionais, a exigir decisões políticas nacionais para sua satisfação, era a promoção da prosperidade econômica; e que os principais meios de atingir êsse objetivo eram a liberdade de iniciativa, internamente, e a liberdade de

comércio, no campo internacional. Atualmente, todos nós também desejamos prosperidade. Mas a maior parte do mundo, inclusive a Grã-Bretanha, já não acredita de todo na livre iniciativa privada, no interior ou no comércio exterior, estando disposta a sacrificar um pouco de sua prosperidade econômica em favor de outros objetivos: consideração pela justiça distributiva, situação de classes, predomínio urbano *versus* predomínio rural, organização política democrática *versus* organização política hierárquica ou autoritária.

A escola clássica inglesa, com a única exceção de MALTHUS, negligenciou as fases a curto prazo do processo e da política econômica, às vezes a ponto de desprezar completamente ou de expressamente negar-lhe qualquer direito a consideração. Intelectualmente, é certo que isso foi uma grande deficiência. Mas com a exceção do atribulado período das guerras napoleônicas, não acredito que tal deficiência tenha tido importância prática. A economia britânica não foi perturbada, no conjunto, por grandes crises ou agudos desequilíbrios, e o que exigiu de seus economistas, em matéria de orientação, para sua melhoria, prendia-se predominantemente aos aspectos econômicos de longo prazo, tais como sistema tributário, política comercial, educação, assistência aos crônicos ou temporariamente pobres.

As grandes transformações ocorridas desde a Primeira Guerra Mundial, nas condições econômicas e políticas, alteraram as questões para as quais o público pede solução e para as quais os economistas procuram encontrá-la. O crescimento em importância política e a articulação dos chamados países subdesenvolvidos tornaram inaceitável, pelo menos para estes, uma economia que orienta suas tendências, seleciona os problemas a serem atacados e conduz sua análise exclusivamente em termos estáticos, exclusiva ou preponderantemente à luz de condições e categorias peculiares aos países industrialmente mais adiantados, socialmente mais estáveis e economicamente mais prósperos. A Grande Depressão de 1930 tornou impossível, para os economistas, ignorar, como era seu costume ao teorizarem, a existência dos problemas das flutuações dos negócios, do desemprego em massa e dos desequilíbrios de curta duração em geral. O público leigo é sempre bastante alerta ao imediato; ao ressaltar o mediato, os economistas clássicos julgavam que cumpriam suas responsabi-

lidades para com o futuro, em contraposição à quase irresistível inclinação do leigo, e sobretudo do político, para agir segundo o ditado : “bastam para um dia as desgraças desse dia”.

Entretanto, as grandes crises podem exigir, para serem dominadas, um tratamento imediato e *ad hoc*, diferente do que é aplicável aos problemas de prazo longo. Durante a Grande Depressão de 1930, alguns economistas continuaram, cega e obstinadamente, a aplicar a análise de equilíbrio de longa duração a uma situação premente, de que o desemprego em massa, em proporções enormes e crescentes, era a mais notória característica. A advertência que KEYNES então lhes lançou — de que a longo prazo estaremos todos mortos — foi cabível e em alguns setores importantes necessária e útil, se interpretada não no sentido de que se podem desprezar as repercussões de longa duração, não no sentido de que não haja a distinguir entre as conseqüências de longa e de curta duração, mas simplesmente como um apêlo em prol de dar a maior ênfase à análise do problema imediato, por ocasião de uma crise aguda.

Infelizmente, porém, o próprio KEYNES, e sobretudo alguns de seus mais inconsiderados discípulos, foram além disso. Substituíram a análise de longa duração da tradição antiga pelo que em substância não passava, em grande parte, de pura análise de curta duração, desprezando e até negando conseqüências de longa duração diferentes das de curta duração e merecedoras de toda a consideração em casos de crise aguda, como em qualquer outro.

Sei que esta não é a opinião corrente, hoje em dia, mas apesar disso desejo insistir num ponto: a doutrina mais completa de KEYNES, tal como apresentada em sua *Teoria Geral*, e ainda mais, como exposta por alguns de seus mais insignes discípulos, é essencialmente um sistema de curta duração, melhorado e apresentado como substituto completo do sistema clássico de longa duração. Enquanto que o valor dessa doutrina consiste simplesmente em oferecer em boa parte às antigas doutrinas um complemento que se fazia necessário, relativamente aos problemas de curta duração.

A essência da doutrina de KEYNES é que as crises podem ser crônicas, que o desemprego em grande escala pode ter duração indefinida, numa economia de mercado livre, de concorrência e

substancialmente de “laissez faire”; que essa economia não possui em si própria as forças a ela atribuídas pela doutrina clássica, de corrigir automaticamente e com relativa rapidez os desequilíbrios que geram o desemprego em massa; que o desemprego em grave escala, pode, portanto, ser crônico, se o governo não tomar medidas corretivas, de um tipo que os economistas antigos não discutiam, ou consideravam inconvenientes ou ineficazes.

Os fatores com que os antigos economistas contavam para conter e inverter a depressão, depois de certo tempo, eram principalmente os seguintes:

- estímulo ao investimento, resultante de taxas de juros baixas, que deveriam entretanto subir pouco depois;
- estímulo ao investimento e às despesas de consumo, resultante de crescente liquidez, medida esta como a relação entre o valor da quantidade da moeda e a riqueza total ou a renda nacional anual;
- estímulo à procura, resultante da queda dos estoques abaixo do mínimo conveniente;
- estímulo à procura, resultante da acumulação de necessidades insatisfeitas durante a depressão;
- tendência secular de novas descobertas e progressos tecnológicos que estimulam a procura de bens de produção e de artigos de consumo novos ou mais baratos;
- estímulo ao investimento e às despesas de consumo, quando os preços caem, resultante da expectativa de que logo se verificará uma tendência para a alta.

Com tais elementos se haviam superado todas as depressões anteriores. Por várias razões especiais — que não posso discutir aqui e que KEYNES e seus discípulos não se deram grande trabalho de pesquisar — a depressão de 1930 prolongou-se e a recuperação tardou e foi incompleta, mais do que em qualquer experiência anterior. Uma das razões, creio eu, foram as reações pessimistas dos conservadores quanto aos efeitos de longa duração de algumas das doutrinas de KEYNES. O fracasso da recuperação deveria ter dado lugar a um reexame da teoria, como também deveria ter provocado a pesquisa de fatores especiais e “anormais”. Os keynesianos só adotaram o primeiro alvitre, para expurgar a nova teoria tanto quanto possível da velha dou-

trina. Foi, acredito, em grande parte uma reação emocional e histórica às condições da crise, uma “psicose de depressão”, reforçada pela revolta de KEYNES contra a doutrina em que se nutria, revolta mais baseada em seu temperamento e irritabilidade que num julgamento sereno e objetivo.

Não posso entrar aqui num exame minucioso dos processos pelos quais o sistema KEYNES nega ou silencia sobre a capacidade de auto-recuperação de uma economia normal de livre concorrência. Limitar-me-ei, portanto, a enumerá-los, explicando brevemente o principal dentre eles.

A reversão das expectativas, de pessimistas para otimistas, é excluída pelo pressuposto dogmático de que as expectativas são sempre neutras, no sentido de que a tendência imediatamente anterior dos preços, lucros, etc. persistirá indefinidamente no futuro.

A crescente liquidez monetária durante a fase descendente do ciclo é excluída pelo pressuposto historicamente errado — embora infelizmente verdadeiro em alguns países, por motivos anormais nos 1930 — de que o suprimento de dinheiro permanece constante em termos de unidades de salário, isto é, que permanece constante a relação do suprimento de dinheiro para a renda anual e o nível de preços.

Para os keynesianos, ao contrário de ou mais do que para o próprio KEYNES, o efeito recuperativo do declínio das taxas de juros é rejeitado por exagerado pessimismo no tocante à elasticidade da procura de capital em relação às taxas de juros deixando de explicar que isso se deve, em grande parte, à abundante disponibilidade de capitais próprios, o que restringe o campo de ação da taxa de juros ao setor econômico que precisa recorrer ao mercado de dinheiro. Acresce, de outro lado, a negação por KEYNES da apreciável elasticidade da procura de mão de obra em relação ao salário monetário, e a asserção, por alguns de seus discípulos, de que a elasticidade da procura de mão de obra em relação ao salário monetário e mesmo ao salário real, era não só pequena mas provavelmente positiva no sentido marshalliano, de sorte que uma baixa de salários, em dinheiro ou em termos reais, tenderia “*ceteris paribus*” antes a reduzir do que a incrementar o volume do emprego. Não vejo como se possa discutir tal questão de modo proveitoso senão em conjunção com um

exame dos fatores que determinam as expectativas e com cuidadosa atenção à questão das decalagens de tempo considerados na mensuração da elasticidade. Eu ainda acredito que nas condições prevalentes no século XIX, com as expectativas dos negócios governadas pelos padrões de experiência do século XIX, uma baixa dos salários, especialmente se substancial e considerada como final, constitui um elemento de recuperação de um sistema econômico em depressão. Todavia, fazendo variar as hipóteses quanto às expectativas, pode-se obter, com latitude quase ilimitada, qualquer resultado que se queira; no presente estágio de desenvolvimento da análise econômica não creio que se possa fazer nesse caso uma refutação demonstrativa, quer analítica, quer indutiva.

Estou disposto a admitir, embora com restrições, que a análise keynesiana põe ênfase apropriada nos fatores estratégicos, destinados a provocar ou acelerar, mediante ação governamental, a recuperação de uma depressão grave e anormal. Todavia, essa análise generalizou-se por tal forma, tanto entre os economistas profissionais como no público leigo, que passou a ser considerada uma "teoria geral", aplicável a todas as circunstâncias. Isso me parece gravemente errado e perigoso, e as correções que eu proporia, como necessárias, a uma tal "teoria geral", consistiriam especialmente na reabilitação de elementos da doutrina clássica (excluídos da doutrina keynesiana ou grandemente menosprezados) e sua incorporação aos elementos positivos do sistema keynesiano, que representam importante contribuição para a análise técnica em geral. Nas conferências subseqüentes apresentarei conclusões semelhantes, concernentes às relações entre a análise de tipo keynesiano e a análise clássica, no campo da teoria do comércio internacional

Antes de passar a outros pontos, desejo esclarecer que, ao criticar a teoria keynesiana, tal como aplicada às condições de depressão, não estou refutando a conclusão de KEYNES, de que no caso de uma depressão que ameaça agravar-se, o governo deve intervir com medidas corretivas. KEYNES não foi o criador dessa doutrina, e durante a Grande Depressão muitos economistas, entre os quais tenho direito a ser incluído, se manifestaram nesse sentido, antes e mesmo mais radicalmente do que ele.

Já mencionei, entre as características da economia clássica inglesa que concorreram para torná-la obsoleta e irrelevante, em nossos dias, seu caráter essencialmente estático e sua quase exclusiva orientação para os interesses, as necessidades e as complacências dos países adiantados industrialmente e dotados de níveis de renda relativamente elevados. O economista alemão FRIEDRICH LIST já no princípio do século XIX a criticava severamente por êsses motivos, tendo encontrado muitos discípulos nos países menos adiantados da Europa. Hoje, nos países “subdesenvolvidos” e nos círculos dos países adiantados que se interessam especialmente pelos problemas de “desenvolvimento”, prevalece e cresce um apreciável corpo de doutrina bem “listiano” em caráter, embora não derive diretamente dessa fonte, e que levanta uma série de objeções específicas à doutrina clássica. No decorrer de minhas conferências terei oportunidade de examinar as doutrinas de “desenvolvimento”

Outros acontecimentos recentes, referentes à estrutura, ao processo econômico e social, e à organização política, tornam a doutrina clássica obsoleta, se inalterada, exigindo sua adaptação a circunstâncias novas, quando não sua rejeição pura e simples. O declínio da concorrência efetiva e da flexibilidade de preços, o crescimento do planejamento centralizado em escala nacional, o surto de novas instituições internacionais no campo econômico tais como o Fundo Monetário, o Banco Internacional, a Organização de Comércio Internacional e o Acôrdo Geral de Comércio e Tarifas (General Agreement on Tariffs and Trade) bem como os órgãos oriundos do programa norte-americano de ajuda à Europa — tudo isso concorre para criar para o comércio internacional condições significativamente diversas do quadro do século XIX, do qual nasceu a teoria clássica de comércio internacional, criada para resolver seus problemas. O padrão-ouro internacional também desapareceu, tendo sido substituído por câmbios “amarrados” (pegged), contrôle de câmbio e câmbios flutuantes. As barreiras comerciais cresceram, assumiram novas formas: quotas de importação, licenças de importação, distribuição de câmbio e transações *in natura*. Hoje honra-se mais a infração do que a observância da não discriminação em matéria de barreiras comerciais, e a cláusula incondicional de nação mais favorecida sobrevive mais como monumento nostálgico e verbal

a valores idos e lealdades de antanho, que como regra efetiva de conduta. Além disso, o mundo em geral sofre ou goza do que parece ser uma inflação crônica, resultante de deliberação ou de fraqueza e ineficiência dos governos, ou de forças irresistíveis da psicologia humana, quando submetida a tensões econômicas. A tôdas essas questões e as suas conseqüências sôbre a teoria do comércio internacional, eu me referirei nas próximas conferências; algumas delas tentarei examinar mais detalhadamente.

O economista é obrigado a procurar muitas de suas premissas no território de outras ciências. Seria bom se essas aceitassem a responsabilidade de fornecer-nos premissas devidamente firmadas, à medida que delas necessitamos. No passado, porém, tivemos muitas vêzes de formulá-las nós próprios, embora não tivéssemos competência profissional nem credenciais para fazê-lo. Assim aconteceu, por exemplo, com a lei dos rendimentos decrescentes, logicamente uma lei de tecnologia, ou de química agrícola, ou de engenharia de produção, mas não de economia pròpriamente dita. A necessidade que a economia tinha dessa lei, enquanto a engenharia e a química agrícola ainda jaziam em estágio primário, fez com que a mesma fôsse descoberta e aplicada primeiramente pelos economistas, por TURGOT e a primitiva escola clássica inglêsa. JUSTUS LIEBIG, pioneiro da moderna química agrícola, recorreu à lei formulada pelos economistas, dando-lhes o respectivo crédito. Seria mais certo que a economia a tivesse haurido de LIEBIG. Em grau menor e com benefícios menos óbvios, os economistas merecem também crédito pela lei da utilidade decrescente, formulada para servir de base psicológica ao raciocínio econômico, conquanto fôsse mais acertado que os psicólogos prestassem êsse serviço.

Cumpre-nos seguir os progressos das disciplinas limítrofes, para verificar se surgiram generalizações capazes de servir de base útil a nossa análise e também para ver se as premissas que utilizamos habitualmente são pertinentes àquelas disciplinas, e não à economia. Se não procuramos rever nossas premissas, dêse ponto de vista, o resultado é que trabalhamos com base em premissas errôneas ou excessivamente limitadas. Permiti que eu apresente um exemplo concreto em que o desprezo pelos resultados obtidos em disciplinas irmãs — no caso sobretudo a sociologia e a antropologia — conduziu a um formalismo vazio na

doutrina econômica, onde encontram um campo potencial, rico e importante, de utilidade prática. Vou buscar meu exemplo na doutrina de um ilustre economista sueco, BERTIL OHLIN, por quem nutro o maior respeito profissional e pessoal; não apresento este exemplo como típico de sua obra; ao contrário.

Na teoria clássica inglesa, de comércio internacional, cujo principal objetivo era fornecer uma guia para a política comercial, costumava-se, no interesse da simplificação, enunciar a lei dos custos comparativos como se houvesse apenas um fator, a mão de obra. Essa simplificação ergueu uma barreira óbvia ao estudo das conseqüências das diferenças nos dotes relativos das diversas regiões e países, quanto aos diferentes fatores da produção. No tocante ao trabalho, entretanto, os economistas clássicos deram de fato importância às diferenças em "eficiência", isto é, em qualidade. Isso aconteceu especialmente com TAUSSIG, que fez das diferenças na "eficiência" do trabalho um fator-chave na explicação das diferenças relativas no desenvolvimento econômico dos diversos países.

Outro economista sueco muito ilustre, ELI HECKSCHER, que, creio, foi um dos professores de OHLIN, num artigo de vanguarda, deu adequada ênfase à significação das diferenças quantitativas dos diferentes fatores ou recursos nacionais, de que os países dispõem. OHLIN, em vez de proceder à conexão das diferenças nas quantidades relativas dos fatores, com a ênfase da teoria clássica inglesa nas diferenças de qualidades relativas dos fatores, tratou a nova ênfase como demonstrativa da ilegitimidade da antiga (1).

Não tentarei explicar porque OHLIN assim fez aqui, mas desejo aproveitar a oportunidade para, mais uma vez, ressaltar a propensão dos economistas que têm uma idéia nova, para supor que só podem incorporá-la à economia suplantando, em vez de

(1) O artigo de HECKSCHER foi publicado em sueco, no ano de 1923. Existe agora uma tradução inglesa: "The Effect of Foreign Trade on the Distribution of Income". *Readings in the Theory of International Trade*. The Blackiston Company, Philadelphia, U.S.A., 1949, pp. 272-300. A discussão de OHLIN consta de seu livro *Interregional and International Trade*. Harvard University Press, Cambridge, U.S.A., 1933, sobretudo o Apêndice I, pp. 553-562.

OHLIN não se confinou aos estreitos pressupostos de seu modelo, mas em sua crítica a TAUSSIG não lhe concedeu a mesma liberdade: posteriormente os seguidores de OHLIN aceitaram seu modelo como um tratamento definitivo e não como uma primeira aproximação.

suplementando a idéia mais antiga. O método adotado por OHLIN para “demonstrar” a irrelevância ou talvez o erro da velha importância atribuída à “eficiência” é, todavia, de interesse, não como exemplo a seguir mas como advertência.

OHLIN apresenta sua exposição geral da teoria do comércio internacional por meio de um sistema de equações algébricas simultâneas, do tipo da escola de Lausanne. Assume tranqüilamente que as unidades dos fatores de uma categoria determinada, como “mão de obra”, ou “fator A”, são homogêneas em qualidade, em todos os lugares; como corolário temos que as funções de produtividades, se expressas em termos de grupos de fatores comuns, considerados homogêneos em qualidade, são idênticas em todos os lugares. Dada a forma do modelo, não há na análise lugar para qualquer influência das diferenças em qualidade, entre fatores de regiões diferentes. Em seguida é aplicar ao mundo real o que um postulado arbitrário tornou verdadeiro num modelo abstrato.

Quanto a explicar as diferenças entre países de diverso desenvolvimento econômico, de níveis de renda diversos, *per capita* ou por milha quadrada, eu seguiria OHLIN e HECKSCHER, ao dar grande ênfase às diferenças entre países diferentes, na oferta relativa dos diversos fatores. Recuso-me, porém, a seguir OHLIN, quando despreza a influência das diferenças regionais na qualidade dos fatores, ou em sua “eficiência”, embora não veja necessidade alguma (e reconheça que para tanto não tenho competência nem a necessária técnica) de uma rigorosa mensuração da importância relativa dos dois grupos de influências.

Ao tratar das diferenças de qualidade dos fatores, o economista manipula questões que outros cientistas — agrônomos, cientistas políticos, engenheiros, geógrafos, geólogos e talvez sobretudo sociólogos e antropólogos — e só eles, têm competência profissional para tratar; o economista deve consultá-los. Cabe ao economista, todavia, reconhecer e proclamar que o desenvolvimento econômico não é só uma questão de mais capital, mais terra ou mais carvão no solo, mas também do aumento da eficiência administrativa e do esforço manual, através de melhor educação, melhor saúde, melhor motivação e melhor organização política e social. Se não o faz, expõe-se a lançar a culpa da pobreza nacional sobre circunstâncias físicas insusceptíveis de cor-

retivo humano, ou sôbre fatôres estranhos à economia, em detrimento dos fatôres internos, humanos, sociais, políticos e morais, a que na verdade cabe grande parte da responsabilidade.

Quero dizer, ao concluir, que nestas conferências não farei nenhuma aplicação específica a circunstâncias ou problemas brasileiros. Recém-chegado ao Brasil, sem nenhum estudo prévio de suas circunstâncias peculiares, sua história, seus recursos, seus objetivos, seus problemas especiais, não pretendo ser um perito em questões brasileiras. Seria contrário a tudo que tenho recomendado pretender estar eu de posse de uma teoria geral que me habilitasse, quando solicitado, a fornecer-vos respostas apropriadas para tôda e qualquer questão de vosso interêsse especial.

Espero, porém, que encontrareis no que tenho a dizer alguma aplicação para vossos problemas, tal qual os vêdes. Quando o que eu disser não se aplicar, não fôr cabível, ou estiver errado, em têrmos das circunstâncias brasileiras, será favor dizer-me, para minha própria elucidação. De minha parte, prometo usar minha imaginação e minha capacidade de observação, enquanto estiver no Brasil, para orientar-me em pontos da teoria do comércio internacional que sejam de interêsse especial para o Brasil, dando-lhe maior realce em minhas palestras. Prometo ainda procurar manter o espírito aberto no tocante à doutrina, lembrando-me sempre de que minhas idéias e minha experiência pessoal até agora se limitaram a padrões e condições de países economicamente adiantados. Talvez um maior contacto do que o que até agora tive com o padrão econômico de um país em estágio relativamente moderado de desenvolvimento econômico, venha a revelar-me que a teoria ortodoxa do comércio internacional necessita de ajustamentos ou correções que até agora me passaram despercebidos. Espero sobretudo aprender bastante sôbre diferenças entre as ênfases das questões apresentadas e as interpretações dos fatos por vossos economistas, e aquilo a que estou acostumado.

De uma coisa espero convencer-vos, antes de terminar minhas conferências: de meu esforço em prol da objetividade científica em matéria de análise, e de minha incondicional boa vontade em questões que envolvem valores e simpatias. Não quero que concordeis com tudo quanto eu disser; espero, porém, que me vereis disposto a discutir quaisquer divergências, na esperança de en-

contrar uma base de conciliação objetivamente segura, e no propósito de pelo menos achar uma explicação para as divergências, no caso em que as mesmas não possam ser reconciliadas, mediante discussão amistosa e objetiva.

SUMMARY

THE CLASSICAL THEORY OF INTERNATIONAL TRADE AND PRESENT-DAY PROBLEMS

I will make this an introductory lecture, in which I will raise many issues to be developed further in subsequent lectures.

My emphasis throughout the lectures will be on the contribution that theory can offer to policy-making in the international economic field if it is reasonably good theory, but also on the irreparable harm it can do if it is seriously defective theory.

Theory is always simpler than life, and even when it seems terribly complex, it is still "simpliste", as compared to the range of factors operating as conditions, as means, or as ends, in any actual concrete situation.

In modern economies the tendency toward over-simplification shows itself most markedly perhaps in excessive abstraction with respect to : the number of variables taken into account as important; the number of objectives recognized as properly operative and the movement from premises to conclusions by procedures whose only justification often is that they are time-saving and thought-economizing.

The theorist must simplify to some extent.

But we must be relevant, and to be relevant we must keep informed, we must exercise our best judgement, and we must dedicate ourselves to the public service — which, of course, does not necessarily mean the service of government.

I think it can be said for the English classical school of economics, and especially in the field of the theory of international trade, that it met the test of relevance very well.

The relevance of the procedures of the English classical school, however, was relevance for their own time and country, and therefore not necessarily for other times and for other countries.

The English classical school in general took a cosmopolitan approach, not because they were not patriotic Englishmen, but because as they saw things what they were advocating as desirable policy for England was also in the interest of the world at large, so that as a rule there was no need for deliberate choice between a national approach and a conflicting cosmopolitan approach.

We today take conflict of economic interest between nations for granted, and if we are men of good-will we seek not for complete harmonization, which we regard as impossible, but for compromise, quid-pro-quo reconciliation, and pacific settlement of disputes

The classical school operated on the assumptions: that men, including statesmen, acted rationally; that the major objective of rational men which required national policy decisions for its fulfillment was the promotion of economic prosperity; and that the major means of attaining that goal were freedom of enterprise at home and free trade in international commerce. We all want prosperity today also. But most of the world, including Britain, no longer believes in completely free private enterprise, internally or in foreign trade, and most of the world is willing to sacrifice some degree of economic prosperity to other objectives: considerations of distributive justice, class-status, urban versus rural predominance, or democratic versus hierarchical or authoritarian political organization.

The English classical school, with the sole outstanding exception of MALTHUS, neglected the short-run phases of economic process and economic policy, at times even to the extent of completely ignoring them or expressly denying to them any valid claims to recognition or any genuine existence. Intellectually, of course, this was a serious short-coming on their part. But except for the troubled period of the Napoleonic Wars, I do not think that it was serious in practice. The British economy was not on the whole troubled by major crises or striking disequilibria, and what it needed from the economists in guidance for its betterment bore predominantly on issues of a long-run character, such as tax structure, commercial policy, education, and treatment of the chronically or temporarily poor.

The growth of the political importance and the articulateness of so-called underdeveloped countries has made unacceptable, at least to them, an economics which takes its tone, selects its problems for attack, and conducts its analysis solely in static terms and solely or over-whelmingly in the light of the conditions and the concerns of the industrially most-advanced, the socially most stable, and the economically most prosperous countries. The Great Depression of the 1930's has made it impossible for economists to disregard in a cavalier manner as had been their practice in their theorizing the problems of business fluctuations, of mass-unemployment, and of short-run disequilibria in general.

The note of warning which KEYNES then gave, that in the long-run we will all be dead, was appropriate, and in some important quarters was needed, and helpful, if it be interpreted, not as an argument that the long-run implications of policy can always or ever be safely ignored, and not as an argument that short-run and long-run consequences of policy resemble each other so closely that there is no point in carefully distinguishing them, but as an appeal merely for major emphasis on short-run analysis during a period of major crisis.

Unfortunately, however, KEYNES himself, and even more so some of the more injudicious of his disciples, went further than this. For the long-run analysis of the older tradition they substituted what was in substance largely a purely short-run analysis, and ignored and even positively denied that in doing so they were disregarding any long-run consequences differing in kind from the short-run ones which it would be serious to neglect whether in times of major crisis or at other times.

I know it is not today the common view, but I nevertheless must insist that KEYNES' most-fully developed doctrine, as presented in his "General Theory", and still more, his doctrine as expounded by some of his leading disciples, is essentially an improved short-run system, presented as a complete substitute for the classical long-run system, whereas in large part — though not wholly — its valid claims are merely those of providing a needed short-run supplement to the older doctrine.

It is for present purposes the essence of KEYNES' doctrine that crisis can be chronic, that large-scale unemployment can

be of indefinite duration, in a free-market, competitive and substantially laissez-faire economy; that such an economy does not have within it the forces attributed to it in the classical doctrine which will automatically and relatively speedily correct disequilibria involving mass-unemployment; and that serious unemployment can therefore be chronic in the absence of remedial measures by government of a kind which the older economists either did not discuss or held to be unwise or ineffective.

The self-operating factors which older economists relied upon to end and reverse a depression before long were chiefly: the stimulus to investment of a low interest rate expected to rise before long; the stimulus to investment and to consumer expenditures of increasing liquidity, measured as ratio of value of the stock of money to the total wealth or annual income; the stimulus to demand of the decline of inventories to below convenient minima; the stimulus to demand of the piling-up of unsatisfied wants which occurs during a depression; the secular tendency of new discoveries and technological improvement to provide stimulus to demand for capital goods and for new or cheaper consumers' goods; the stimulus to investment and consumer expenditures, as prices fell, of the expectation that before long they would take an upward trend.

These factors had ended all previous depressions. For a variety of special reasons, which it is not possible for me to discuss here but which KEYNES and the Keynesians have not shown eagerness to explore, there was protraction of depression and delay and incompleteness of recovery in the 1930's beyond all previous experience.

I cannot enter here into a detailed examination of the procedures by which in the Keynesian system the self-recuperative powers of a normal competitive economy are either denied to be effectively operative or are silently ignored.

I am prepared to concede, though with qualifications, that the Keynesian analysis was well-designed to direct attention to the strategic factors in bringing about or speeding-up recovery through governmental action from a severe and abnormal depression. It has won the convictions, however, of a large part of the economics profession and of the lay public, as a "general

theory" applicable to all circumstances. This seems to me seriously wrong and dangerous, and the corrections to the theory as a "general theory" which I would propose as called for would consist largely of a rehabilitation of elements of the classical doctrine excluded from or grossly underemphasized in the Keynesian doctrine, and their incorporation with those positive elements of the Keynesian system which represent an important contribution of insight and technique of analysis.

I want to make it clear that in criticizing the Keynesian theory as applied to depression conditions I am not rejecting the Keynesian conclusion that when depression occurs and is threatening to become serious, government should intervene with remedial measures. KEYNES did not originate this doctrine, and during the Great Depression many economists, among whom I have claims to be included, moved earlier and further in this direction than did KEYNES himself.

Recent developments, in economic and social structure and process, and in political organization, make the classical doctrine if left unaltered obsolete, and call for its adaptation to the new circumstances if not for its outright rejection. The decline of effective competition and of price-flexibility, the growth of central planning on a national scale, the development of new international institutions in the economic field such as the Monetary Fund, the International Bank, the International Trade Organization, and G.A.T.T., and the agencies arising out of the American program of aid to Europe, all of these operate to create a setting for international trade differing significantly from the nineteenth-century setting out of which and to deal with whose problems the classical theory of international trade was evolved. The international gold standard also has disappeared, to be replaced by pegged exchanges, exchange controls, and floating exchanges. Trade barriers have increased, and have taken new forms: import quotas, import licenses, exchange allocation, and barter transactions.

It is incumbent on the economist, however, to recognize and to proclaim that economic improvement is not merely a matter of more capital, or more acres, or more coal in the ground, but also of growth of effectiveness, of management and of manual effort through better education, better health, better motivation, and

better political and social organization. If he fails to do so, he is liable to find himself throwing the blame for national poverty wholly on physical circumstance beyond human remedy, or on factors external to that economy, to the neglect of the internal human, social, political, and moral factors which may carry a large part of the true responsibility.

Let me say in conclusion that I will in these lectures make no specific application to the circumstance or problems of Brazil. Having just come to Brazil, with no previous study of its special circumstances, its history, its resources, its objectives, and its special problems, I have no pretensions to being a Brazilian expert, and it would be counter to all I contend for if I pretended that I was possessed of a general theory which enabled me upon demand to supply you with appropriate answers to all or any of your special questions.

It may well be that closer contact than I have hitherto had with the economic pattern of a country still at a relatively moderate stage of economic development will reveal to me needs for adjustment or correction of the orthodox theory of international trade that I have not hitherto perceived. I especially anticipate learning a good deal from the differences in the emphasis, in the questions asked, and in the interpretations placed on agreed facts by your economists from those I have been accustomed to.

RESUMÉ

LA THEORIE CLASSIQUE DU COMMERCE INTERNATIONAL ET LES PROBLÈMES ACTUELS

Dans cette conférence, je présenterai les thèmes qui seront développés ultérieurement.

Je mettrai l'accent, au cours des conférences, sur l'aide qu'une bonne théorie peut apporter à la politique du commerce international et les dangers d'une théorie défectueuse.

La théorie est toujours plus simple que la vie, et même lorsqu'elle semble très complexe elle est toujours "simpliste" par rapport à tous les facteurs qui constituent les conditions, les moyens ou les fins dans une situation de fait donnée.

La tendance à la simplification de la théorie moderne et l'excès d'abstraction qui en résulte porte principalement, semble-t-il, sur les points suivants: le nombre des variables jugées importantes et retenues dans l'analyse; le nombre des objectifs reconnues; et le cheminement des prémisses aux conclusions au moyen de raisonnements qui n'ont souvent d'autre justification que l'économie de temps et de pensée.

Le théoricien doit simplifier dans une certaine mesure, mais il est nécessaire de rester pertinent. Nous devons être bien informés, nous servir de notre meilleur jugement et avoir le sens de l'intérêt public — qui, évidemment, ne coïncide pas nécessairement avec l'intérêt du gouvernement.

Il me semble que l'école classique anglaise, particulièrement en matière de commerce international, a très bien répondu à cette condition. Mais pour son propre temps et son propre pays. Sa théorie n'est pas nécessairement adaptée à d'autres temps et à d'autres pays.

L'école classique anglaise tend en général vers l'universel. Non pas que ses membres n'aient été de bons patriotes anglais; mais, comme ils pensaient que la politique qu'ils préconisaient pour l'Angleterre servait aussi les intérêts de l'économie mondiale, ils n'avaient pas à choisir entre un point de vue national et un point de vue universel.

Aujourd'hui, nous tenons pour acquis qu'il existe des conflits d'intérêts économiques entre les nations et, si nous sommes de bonne volonté, nous ne chercherons pas l'harmonie parfaite, qui est impossible, mais le compromis, la conciliation, le règlement pacifique des querelles.

L'école classique admettait : que les hommes, y compris les hommes d'État agissent rationnellement; que le principal objectif de gens rationnels qui exige des décisions de politique nationale, est la recherche de la prospérité économique; et que les meilleurs moyens d'atteindre ce but consistaient dans la liberté de l'entreprise à l'intérieur et le libre commerce en matière de commerce international. Aujourd'hui aussi nous désirons la prospérité. Mais, dans bien des pays, y compris l'Angleterre, on n'a plus confiance dans l'entreprise privée complètement libre, qu'il s'agisse de l'économie interne ou du commerce international et, en beaucoup de lieux, on consent à sacrifier une partie de la prospérité

économique à d'autres objectifs : des considérations de justice distributive, la situation d'une classe sociale, la primauté de la ville sur la campagne, l'organisation démocratique plutôt que l'organisation hiérarchique ou autoritaire.

L'école classique anglaise, à l'exception de MALTHUS, a négligé la courte-période en matière d'analyse et de politique économique, parfois même l'ignorant complètement en lui refusant expressément quelque importance. Sur le plan intellectuel c'était un marque sérieux; mais, si l'on excepte la période troublée des guerres napoléoniennes, je ne pense pas qu'en pratique celà eût quelque importance. Dans l'ensemble, l'économie britannique n'était pas troublée par de grandes crises ou de violents déséquilibres et n'incitait les économistes qu'à faire des études portant sur la longue-période, comme les formes d'impôt, la politique commerciale, l'éducation, la suppression de la pauvreté temporaire ou chronique.

L'importance prise par les pays dits sous-développés a rendu inacceptable du moins pour eux, une économie politique conduite en termes de statique et à la lumière des conditions existant dans les pays les plus industrialisés, les plus stables socialement et les plus prospères économiquement. La grande dépression des années 1930 et suivantes a obligé les économistes à abandonner leurs vues cavalières dans l'analyse des problèmes de fluctuations, de chômage massif et de déséquilibre de courte-période en général.

KEYNES avertit que dans la longue-période nous mourrons tous. C'était utile à la condition de ne pas en conclure au manque d'intérêt d'une politique de longue-période ou à l'assimilation des conséquences de la politique économique dans la courte-période et la longue-période. Il fallait y voir un appel à mieux étudier les phénomènes de courte-période en temps de crise violente.

Malheureusement KEYNES lui-même et davantage quelques-uns de ses disciples les plus mal inspirés sont allés plus loin. A l'analyse en longue-période traditionnelle ils substituèrent purement et simplement une analyse en courte-période, ignorant ou niant que les conséquences de longue-période soient différentes des conséquences de courte-période.

Je sais que ce point de vue n'est pas partagé par tous, mais la doctrine de KEYNES exposée dans la "Théorie Générale" et encore plus sa doctrine exposée par quelques-uns de ses disciples

les plus avancés est essentiellement un système de courte-période amélioré présenté comme un substitut du système classique de longue-période alors que sa justification est, pour une bonne part, de constituer un complément nécessaire, concernant la courte-période, de la doctrine traditionnelle.

Selon la doctrine de KEYNES, la crise peut être chronique, le chômage massif peut se prolonger indéfiniment, dans une économie de libre concurrence et de "laissez-faire"; une telle économie ne possède pas, en elle même comme les classiques le prétendaient, les moyens de corriger automatiquement et rapidement le déséquilibre cause du chômage massif; et ce chômage peu devenir chronique en l'absence de mesures gouvernementales appropriées que les anciens économistes n'envisageaient pas ou considéraient comme inefficaces.

Ces facteurs automatiques sur lesquels les anciens économistes comptaient pour mettre fin à la dépression et renverser rapidement la tendance étaient : le stimulant à l'investissement constitué par un taux d'intérêt faible et susceptible de se relever rapidement; le stimulant à l'investissement et à la consommation résultant de l'accroissement de la liquidité, mesurée par le rapport de la quantité de monnaie à la richesse totale ou au revenu annuel; le stimulant de la demande conséquence de la diminution des stocks au-dessous du niveau normal; le stimulant de la demande issu de la compression des besoins insatisfaits pendant la dépression; la tendance séculaire des nouvelles découvertes et du progrès technique à accroître la demande d'équipement et de nouveaux biens de consommation; le stimulant à la consommation et à l'investissement qui résulte, lorsque les prix baissent, d'un prochain renversement du mouvement.

Les facteurs avaient mis fin à toutes les dépressions antérieures. Pour diverses raisons qu'il n'est pas possible d'indiquer ici et pour lesquelles KEYNES et les Keynesiens n'ont pas montré beaucoup d'intérêt, il y eut après 1930 une prolongation de la dépression en retard et une insuffisance de la reprise en contraste avec les expériences passées.

Je ne puis examiner ici pourquoi le système Keynesien a passé sans silence les forces de redressement automatique qui existent dans une économie concurrentielle ou bien a nié leur efficacité.

L'analyse Keynesienne jetait une bonne lumière sur les facteurs stratégiques du retour à la prospérité par l'action gouvernementale pendant une dépression sévère et anormale. Beaucoup d'économistes et le grand public l'ont considérée en outre comme une "théorie générale" applicable en toutes circonstances; ce qui me paraît singulièrement faux et dangereux. Au système de KEYNES entendu comme une "théorie générale" j'apporterais un correctif qui consiste à y ajouter les éléments de la doctrine classique exclus ou minimisés.

En faisant cette critique, je n'entends pas réjeter les conclusions de KEYNES concernant la dépression et spécialement sa recommandation de mesures gouvernementales ajustées. KEYNES n'a pas créé cette doctrine et pendant la Grande Dépression de nombreux économistes, parmi lesquels je me suis inscrit, ont travaillé dans cette direction, plus tôt et plus avant.

Les récentes transformations de la structure économique et sociale et de l'organisation politique ont enlevé toute portée pratique à la théorie classique qui doit être sinon complètement réjetée, du moins adaptée aux circonstances nouvelles. Le déclin de la libre-concurrence et de la flexibilité des prix, le développement de la planification centrale à l'échelle nationale, le développement de nouvelles institutions internationales en matière économique comme le Fonds Monétaire, la Banque Internationale, l'organisation du commerce international et le G.A.T.T. ainsi que les agences issues du programme américain d'aide à l'Europe, toutes les nouvelles institutions ont contribué à donner au commerce international une signification différente de celle qui existait au XIX^e siècle et à laquelle correspondait la théorie classique du commerce international. Le "gold exchange standard" a également disparu et a été remplacé par la limitation et le contrôle des échanges. Les barrières douanières le sont élevées et ont pris de nouvelles formes : quotas d'importation, licences d'importation, opérations de troc et accords commerciaux.

La tâche de l'économiste ne consiste pas seulement à reconnaître et affirmer que le progrès technique réside dans l'accroissement du capital, l'augmentation des surfaces cultivées, ou des quantités de charbon sur le carreau des mines; il doit encore admettre que le progrès économique est fonction de l'efficacité de la direction et de l'exécution qu'on peut accroître par l'amélioration

de l'éducation, de la santé publique, de la mentalité, de l'organisation politique et sociale. Autrement, il est conduit à rejeter la responsabilité de la pauvreté nationale sur des facteurs physiques auxquels l'homme ne peut rien ou sur des facteurs externes à cette économie; il est amené à négliger les facteurs humains sociaux politiques et moraux propres à la société considérée et qui portent une large part de la véritable responsabilité.

Dans ces conférences, je n'entends pas traiter particulièrement des circonstances ou des problèmes propres au Brésil. Je ne fais qu'arriver au Brésil et sans avoir préalablement étudié son histoire, ses ressources, ses buts sociaux et ses problèmes particuliers. Je n'ai pas la prétention d'être un spécialiste de ces questions et ce serait contraire à toutes mes intentions que de me présenter comme possesseur d'une théorie générale qui me permette de vous donner sur demande la réponse à vos problèmes particuliers.

Il est fort possible qu'une meilleure connaissance des conditions d'une économie non entièrement développée m'oblige à des adaptations ou des corrections de la théorie du commerce international que je n'avais pas encore aperçues. Je m'attends à beaucoup apprendre de nos économistes sur la particularité des problèmes et des interprétations à partir de faits reconnus.